

di
e
n
s
o
t
r
a
s

Artigos

Condições de trabalho de professores: reflexões conceituais e implicações para a docência

Resumo: Este artigo discute as condições de trabalho dos professores no Brasil a partir das discussões conceituais que permeiam a temática. Para tal tarefa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica situando os conceitos de pauperização, precarização e proletarização. Nesse debate sobre os termos que melhor expressam a realidade dos professores brasileiros, verificou-se que há pesquisadores que acabam realizando a junção dos conceitos para definir as condições de trabalho dos professores. Embora os conceitos possuam suas particularidades, esses na verdade assemelham-se na explicitação das condições de trabalho dos indivíduos que exercem a docência; ou seja, na mesma medida em que destoam entre si, são semelhantes na denúncia das condições a que são submetidos os professores. No tocante à discussão conceitual, defende-se o conceito de alienação tal como proferido por Marx e Engels, e suas reafirmações por alguns autores como Adorno e Marcuse, pois parte-se do pressuposto de que todo trabalho na sociedade hodierna é alienado, e os professores também estão submetidos a tal alienação.

Palavras-chave: Condições de trabalho de professores. Pauperização, precarização e proletarização. Alienação.

Anoel Fernandes
Faculdade Anhanguera
de Campinas
anoelfernandes@ig.com.br

Introdução

O presente estudo apresenta algumas considerações sobre as condições de trabalho docente. Destaca-se, de antemão, que não serão apresentados resultados de pesquisas empíricas que apreenderam as condições de trabalho de determinado grupo de professores, mas, realizou-se uma revisão bibliográfica em artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros, que a partir da década de 1980, debruçaram-se na tarefa de investigar os conceitos que buscam definir as condições de trabalho dos professores no Brasil. Na busca por autores que discutiram os conceitos, dialogou-se com um autor internacional que investigou a temática. Em seguida, buscou-se aprofundar nas especificidades da atividade docente a fim de tencionar com o conceito de alienação.

Conforme já alertava Marx (2006), nos manuscritos econômico-filosóficos, o trabalho na sociedade contemporânea é trabalho alienado. Tendo como referência alguns estudos desse autor e de alguns autores da teoria crítica da sociedade, no decorrer do texto será explorado o conceito de alienação, com o objetivo de analisar o trabalho docente na sociedade burguesa e capitalista. No entanto, antes de examinar o conceito de alienação, é apresentada

a discussão e as interpretações sobre as condições de trabalho dos professores no Brasil.

A discussão sobre as condições de trabalho dos professores

A tarefa de apresentar um conceito que especifique as condições de trabalho dos professores é um tanto quanto complexa, uma vez que atualmente há diversas interpretações para o trabalho docente, ou seja, este tem sido alvo de constantes pesquisas que visam à caracterização do magistério no Brasil. Encontra-se na literatura a discussão sobre o tema a partir das categorias de pauperização, proletarização e precarização, que são apresentadas na sequência.

Autores que se propuseram a discutir a temática sobre as categorias que permeiam as discussões acadêmicas sobre o trabalho docente, Orso e Fernandes (2010) apontam que estas categorias não são formuladas de modo estanque e sem relacionamento entre si. No que diz respeito à pauperização, pode-se dizer que este conceito liga-se à lógica intrínseca do capital que, para expandir-se, concentra a riqueza produzindo a diminuição dos rendimentos daqueles que trabalham, ou seja, o seu empobrecimento. (FERNANDES, 2010) Uma pesquisa referenciada quando o assunto é a pauperização do trabalho docente é a tese de Ferreira Júnior (1998). O autor se refere, entre outros aspectos, ao arrocho salarial sofrido pelos professores após a queda do regime militar.

Para a Confederação de Professores do Brasil, com base nas suas resoluções congressuais, as mudanças do modelo econômico do regime militar passavam, obrigatoriamente, por mudanças políticas, ou melhor: pela conquista da liberdade democrática. Entretanto, apesar deste processo de lutas, a categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus não conseguiu romper com a lógica das classes dominantes brasileiras que, historicamente, sempre se pautou pela adoção de políticas econômicas baseadas no arrocho dos salários dos trabalhadores. (FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 247)

Isso se confirma nos dados apresentados por Siniscalco (2003). Tendo como base os relatórios elaborados por diversas fontes internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a

Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a autora traz significativas informações sobre as condições dos professores em diversos países do mundo. Estabelecendo os “salários estatutários anuais de professores em início, meio e topo de carreira na educação primária” (SINISCALCO, 2003, p.37), comparando a realidade brasileira com a de outros países, inclusive aqueles com piores condições sociais e econômicas, e aponta que o Brasil está acima apenas da Indonésia e quase empata com o Peru. Todos os demais países oferecem salários mais elevados na educação primária. Na educação secundária também é um dos sete piores do mundo. Ao discorrer sobre as implicações dos baixos salários, afirma: “pode-se presumir que os salários dos professores estejam estreitamente relacionados à qualidade do ensino. Ele é também o principal fator isolado que afeta as despesas educacionais”. (SINISCALCO, 2003, p. 36) A referida investigação, quando destaca a situação salarial dos professores no Brasil, traz o alarmante dado de que “os salários estatutários dos professores primários no meio da carreira¹ variam de menos de 10.000 dólares no Brasil, na República Tcheca, na Hungria, na Indonésia e no Peru, a mais de 40.000 na Suíça.” (SINISCALCO, 2003, p. 37) Preocupadas com o mesmo problema – a evolução na carreira – e referindo-se especificamente a questão salarial dos docentes no Brasil, Sampaio e Marin (2004, p. 1210) destacam que:

A situação salarial brasileira melhora um pouco com o passar dos anos de atividade docente, por meio dos incentivos dados como adicionais por tempo de serviço ou de qualificação. Assim mesmo permanecem em posição bem inferior quando comparados com os incentivos dados em outros países.

Dessa forma, a pauperização do professor no Brasil é um fato destacado por alguns autores (LUDKE; BOING, 2004; SAMPAIO; MARIN, 2004), que se referem a essa situação como do trabalho dos professores, o que será explorado mais adiante. De qualquer modo, o recebimento de baixos salários tem consequências que vão além do empobrecimento material: “[...] pauperização profissional significa pauperização da vida pessoal e nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange ao acesso a bens culturais”. (SAMPALIO; MARIN, 2004, p.1210).

No que diz respeito à proletarização, Fernandes (2010) e Orso e Fernandes (2010), recorrendo ao referencial marxista, afirmam que proletário é aquele que só dispõe de sua prole, isto é, aquele

(1) Salário após 15 anos de docência.

(2) Acesso de indivíduos das classes sociais mais baixas à profissão docente. No passado, essa era uma ocupação reservada principalmente para os membros das classes médias.

cuja posse equivale aos seus filhos. Proletário é todo aquele que para manter-se vivo e sustentar sua família precisa vender sua força de trabalho. Isso implica que o proletário é aquele que não é dono dos meios de produção e, por isso, vende sua força de trabalho, em troca de salário, para os que detêm capital e são proprietários, o que implica na perda da autonomia tanto em relação ao trabalho como à vida. É essa situação que permite vincular o problema do trabalho docente à proletarização. Defendendo a tese de que o trabalhador na docência é um proletário, Costa (2009) afirma que a proletarização é um conceito que, formulado por Karl Marx nos (1844-1846), visa caracterizar os trabalhadores despossuídos dos meios de produção e, portanto, são obrigados a venderem a sua força de trabalho para sobreviverem. Diante disso, a proletarização docente, destacada pela autora, caracteriza-se pelo:

- 1) empobrecimento dos professores de educação básica; 2) assalariamento associado à precarização profissional; 3) perda do controle sobre o seu trabalho; 4) transformação da categoria num trabalhador coletivo, negando-se suas peculiaridades de trabalhador individual. (COSTA, 2009, p. 95)

Outras pesquisas (NAJJAR, 1992; NUNES, 1998) também trazem à tona o fato de que o professor vem sofrendo o processo de proletarização; essa situação o assemelha ao trabalhador fabril. Entre os fatores desencadeadores desse processo, apontam a crescente desqualificação e fragmentação do seu trabalho, a popularização² do ato de ensinar, o desprestígio social da ocupação e a baixa remuneração. Todos são fatores que levam os professores à proletarização.

De outra parte, Tumolo e Fontana (2008), após análise de autores que defendem a tese da proletarização, destacam que nestas pesquisas não é feita a distinção entre as várias atividades que implicam em remuneração e que “o trabalho produtivo está presente em toda e qualquer relação de produção capitalista, não importando se se trata de uma empresa agrícola, fabril ou uma empresa escolar, se a mercadoria produzida é soja, robô ou ensino”. (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 166-67) Entretanto, visando determinar o que há de comum e de específico na profissão docente frente às demais, os autores assinalam que a diferença entre o trabalho dos professores e o dos demais trabalhadores não está apenas no produto final ou no local onde é exercido, mas,

principalmente, no processo de trabalho. Assim, a docência parece conter uma ambiguidade: os professores apresentam as mesmas condições que os demais trabalhadores e, também, possuem que os diferencia dos trabalhadores assalariados das empresas privadas.

Na nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto Comunista*, Engels afirma que por proletariado entende-se “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. (ENGELS; MARX, 2011, p. 39) Essa definição não permite a resolução do problema da ambiguidade. Sem dúvida, é possível identificar o professor com o proletariado, mas não se pode esquecer que os autores citados tinham como referência o trabalho fabril. A insistência nesse ponto é em decorrência do reconhecimento de que mesmo pauperizado ou proletarizado, o professor realiza sua atividade de modo muito diverso do trabalho voltado unicamente para a reprodução do capital e para o lucro.

Autores como Paro (1986), Silva (1991), Basso (1994), Hipólito (1997), dentre outros, observam que o trabalho dos professores não se caracteriza efetivamente como vinculado à lógica da economia capitalista, por não produzirem mais-valia e possuírem uma especificidade própria: o produto do trabalho – o aprendizado escolar – não está submetido diretamente à reprodução material do capital, ou seja, ao contrário do operário de uma fábrica, que produz mercadorias que posteriormente são vendidas e realizam o lucro, o trabalhador da educação, ao ensinar não perde o conhecimento que ensina. Assim, tais autores defendem ser um equívoco atribuir o conceito de proletarização ao trabalhador da educação pública. Adeptos dessa linha de raciocínio, Tumolo e Fontana (2008) argumentam que o trabalho docente na escola pública é considerado trabalho improdutivo, no sentido de que não produz mais-valia, assim não faria sentido pensar em proletarização do trabalho dos professores.

E é justamente com base nessa tese – o professor não pode ser identificado com o proletariado – que é apresentada a discussão em torno da precarização do trabalho docente.

Dentre as pesquisas que tratam da precarização, destaca-se o artigo de Sampaio e Marin (2004), no qual as autoras afirmam que as condições econômicas e sociais incidem sobre a escola tornando-a frágil, insuficiente e precária, tendo em vista as necessidades do trabalhador docente.

Outro artigo que busca discutir a precarização docente é o de Lüdke e Boing (2004). Estas autoras destacam que um dos elementos que corroboram para a precarização das condições do trabalho docente é o baixo salário, e apontam isso como um dos motivos que afastam os meninos e meninas do sonho de serem professores, pois a valorização social de uma profissão liga-se à questão da remuneração.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Oliveira (2004) afirma que o trabalho em geral, assim como o trabalho docente, tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. Conforme a autora, fatores como aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados ao número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o desrespeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público.

É importante registrar que em alguns casos é possível aproximar pauperização de precarização. Por exemplo, as ponderações de Oliveira (2004) em torno da precarização colocam a autora junto àqueles que utilizam pauperização. De outra parte, se tomarmos pauperização como empobrecimento em razão da tendência histórica de diminuição dos vencimentos dos professores, podemos afirmar que esta última expressa uma das formas de precarização do trabalho docente.

Nesse debate sobre os termos que melhor expressam a realidade dos professores brasileiros, há pesquisadores que reúnem os conceitos ressaltando que o trabalho docente contém complicadores que dificultam a interpretação. Como exemplo, Bittar e Ferreira Júnior (2010) argumentam que o empobrecimento e as condições materiais de vida dos professores – pauperização – os situam como proletários. Também há pesquisadores, que argumentam que o professor ainda detém o controle dos meios a partir dos quais realiza seu trabalho e, também, certo grau de autonomia, não podendo, portanto, ser considerado proletário, que associam os conceitos de modo que possam sustentar suas argumentações, tal como Cação (2001, p. 206-207, grifos nossos):

O que nos parece claro é a situação de **pauperização** do magistério, percebida pelos docentes e por alguns pesquisadores como um processo de **proletarização**, que, ao longo do tempo, acompanha um processo de desvalorização do trabalho docente. Entretanto, mesmo com algumas características próprias da proletarização, tais como: assalariamento, certa divisão do trabalho, pressão por aumento de produtividade por meio de classes superlotadas, rotatividade de mão de obra, resultando em achatamento salarial, não se pode falar em proletarização do professorado, tal como entendida em seu sentido clássico relativo às classes sociais próprias da sociedade capitalista.

Essa discussão sobre como podem ser expressas as condições de trabalho dos professores não é exclusiva do Brasil. Donaire (2012) teve como foco analisar as condições de trabalho dos professores da cidade de Buenos Aires, na Argentina, mais precisamente, se tais condições expressavam a pauperização ou a proletarização. Mesmo defendendo a tese de que a situação atual dos professores na Argentina aponta “la proletarización como tendencia” (DONAIRE, 2012, p. 237), ao discutir os conceitos, o autor enfatiza que “más que de proletarización, laprecarización parece ser una expresión de pauperización” . (DONAIRE, 2012, p. 140)

Com a breve apresentação da discussão que visa caracterizar o trabalho docente, pode-se apreender que não se trata apenas de diferença semântica, pois a adoção de um ou outro conceito indica a existência de algumas interpretações e maneiras de encarar o trabalho docente. No entanto, o que todas as interpretações parecem ter em comum é a explicitação das condições de trabalho dos indivíduos que exercem a docência, ou seja, na mesma medida em que destoam entre si, são semelhantes na denúncia das condições a que são submetidos os professores. Ante a proletarização, pauperização ou precarização do trabalho docente, vale atentar para as ponderações de Orso e Fernandes (2010) que, ao analisarem as questões educacionais e o trabalho docente, afirmam:

[...]de fato, o trabalho docente só pode ser devidamente compreendido na sua relação com a sociedade, contemplando sua forma de organização como um todo. Deste modo, **a reflexão sobre as categorias: pauperização, precarização e proletarização, nos ajudam em muito para a caracterização e compreensão do trabalho docente na atualidade. A partir do exposto, pode-se depreender que nesta sociedade**

em que a sobrevivência da maioria decorre da venda do trabalho, o trabalhador perde o controle sobre sua produção e também de si, isto é, aliena-se. Esta é uma condição tanto do trabalhador em geral quanto dos trabalhadores da educação. (ORSO; FERNANDES, 2010, p. 11, grifos nossos)

Conforme apontado pelos autores, as condições de trabalho em geral expressam a alienação, o que também acontece com aqueles que exercem a docência. Assim, sem desqualificar o debate, e com base nos ensinamentos de Marx e Engels, adota-se o conceito de alienação para compreender a situação atual dos professores na escola pública.

Discutir as condições de trabalho e, também, a maneira como exercem suas atividades, como enfrentam as limitações que lhes são impostas, pode indicar como a alienação se realiza e, a partir de sua compreensão refletir sobre possíveis saídas para a superação da alienação para aqueles que exercem a docência na atualidade.

Condições de trabalho docente e alienação

Nos textos *Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844)* e *Elementos para a Crítica da Economia Política (1857-58)*, Marx desenvolve a ideia da alienação do trabalho e suas conseqüentes determinações em todas as esferas da vida social. Conforme Sánchez Vásquez (1977, p. 414-16) “quando Marx vai à realidade histórica social, só se vê essa essência – ao contrário de Hegel – por seu lado negativo. O trabalho que ele encontra na existência real, concreta do homem é justamente o trabalho alienado”. Marx contrapõe-se a Hegel no que diz respeito ao esquema formativo elaborado a partir do “trabalho que forma”, ou seja, a crítica de Marx está justamente no uso positivo da formação pelo trabalho, tal como defendida por Hegel. Ao se contrapor à perspectiva hegeliana, Marx realiza a análise do trabalho alienado. Com base nessa primeira aproximação ao tema, primeiramente é apresentada a concepção de trabalho, para, em seguida, discorrer sobre a alienação. Também é destacada a posição dos autores frankfurtianos sobre a questão.

Ao analisarem o sentido do trabalho, Marx e Engels (1994, p.15) afirmam que:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a

distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem indiretamente a sua própria vida material.

Mas sem levar em conta a dialética contida no trabalho sua definição estaria incompleta. De um lado, é pelo trabalho que o homem se diferencia dos animais, de outro, esse mesmo trabalho leva à perda de si: “chega-se a conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno etc. – enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal”. (MARX, 2006, p. 114-115)

Marx (2006) enfatiza que a existência do homem não é dada pela natureza, mas produzida pelos próprios homens. Portanto, diferentemente dos outros animais, que para garantirem a existência dependem exclusivamente da adaptação à natureza, o homem precisa fazer o contrário, ou seja, precisa agir sobre a natureza com a finalidade de transformá-la, ajustando-a, de acordo com suas necessidades, uma vez que, ao invés de somente adaptar-se à natureza, tem que adaptá-la a si. E é justamente esse agir sobre a natureza para garantir a sobrevivência que se chama trabalho.

É fato que em torno do conceito de trabalho enunciado por Marx existe muita discussão, a partir da qual se disseminam correntes – principalmente na sociologia do trabalho – que defendem ou não concordam com os postulados do autor. Entretanto, o que se apreende é o fato de que este continua sendo uma das bases da organização social. Resende (2007, p. 36) recorre ao conceito marxista de trabalho como fundamental para o entendimento de como se constitui o processo de objetivação humana, enfatizando que “o trabalho é categoria fundamental na constituição do homem enquanto ser social [...]”, uma vez que “é pelo trabalho que o homem se converte de ente da natureza em ser social. Por meio dele, pode-se chegar, então, àquela que é a ‘chave’ para a compreensão dialética da relação entre indivíduo e sociedade”. (RESENDE, 2007, p.37) Ao referir-se sobre o processo de trabalho, Marx (1983, p. 153) o define como:

[...]atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem

e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

Destaque-se o fato de que suas proposições teóricas contribuem para a reflexão e análise do trabalho na sociedade atual. Crochík (2003, p. 70), ao mencionar em que consiste o trabalho aponta que “na sociedade atual, o trabalho é defendido por tendências conservadoras e por tendências progressistas”. Se o trabalho é defendido por ambas as tendências, assim como é a “chave” para a compreensão da dialética entre indivíduo e sociedade, tomá-lo como referência para a reflexão sobre suas implicações, entre as quais, o processo de alienação torna-se imprescindível. Ao definir a alienação por meio trabalho, Marx (2006, p. 114) assinala:

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mais, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades.

As ponderações de Marx trazem à tona o fato de o trabalhador negar-se a si mesmo diante do trabalho e, dessa forma, entende-se que a alienação se manifesta na figura do trabalhador. Diante dessa situação apontada pelo autor, pode-se postular que o trabalhador torna-se alguém que possui conhecimento restrito de suas funções, passando, então, a apenas executar e reproduzir, e a não questionar, pois, o trabalho é uma necessidade que tem em sua base o atendimento de outras necessidades, isto é, a subsistência humana.

Tendo em vista o fato de que as condições de trabalho levam os indivíduos às determinações acima apontadas, compreende-se que a alienação no trabalho traz implicações e ocasiona desdobramentos na vida cultural e social dos indivíduos. Portanto, na condição de alienado, o trabalhador se conforma às situações subjacentes a seu trabalho, uma vez que, as contradições da sociedade contemporânea enquanto sociedade burguesa e capitalista produz a alienação. Marx

(2006), ao apontar em que consiste a alienação do trabalhador nas leis da Economia Política, afirma:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria quanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. (MARX, 2006, p. 111)

Essas considerações sobre trabalho alienado são retomadas por Adorno (1986, p. 68). Para ele,

Os homens seguem o que, segundo análise de Marx, eles eram por volta do século XIX: apêndices da maquinaria, e não mais apenas literalmente os trabalhadores, que tem de se conformar com as características das máquinas, mas além deles, muito mais metaforicamente: obrigados até em suas mais íntimas emoções a se submeterem ao mecanismo social como portadores de papéis, tendo de se modelar sem reservas de acordo com ele. Hoje como antes se produz visando o lucro.

Ao discutir as necessidades e faculdades dos indivíduos e sua relação com o sistema, Marcuse (1969, p. 58) enfatiza que “os homens não vivem sua própria vida, mas desempenham tão só funções preestabelecidas. Enquanto trabalham não satisfazem somente suas necessidades e faculdades, mas trabalham em alienação”. Apresentando uma discussão sobre a relação entre o trabalho e a civilização, Marcuse (1967, p. 88) enfatiza que “o trabalho que criou e ampliou a base material da civilização, foi principalmente labuta, trabalho alienado, penoso, desagradável – e ainda é”. Seguindo esta linha de reflexão, sobre a alienação no trabalho, o autor ainda afirma:

A teoria de alienação demonstrou o fato de que o homem não se realiza em seu trabalho, que a sua vida se tornou um instrumento de trabalho, que o seu trabalho e os respectivos produtos assumiram uma forma e um poder independentes dele como indivíduo. Mas a emancipação desse estado parece requerer não que se impeça a alienação, mas que esta se consuma. (MARCUSE, 1967, p. 103)

Com base nas afirmações de Marx, feitas em relação ao século XIX, e as análises de Adorno e Marcuse do capitalismo no século XX, pode-se concluir que o trabalho na sociedade atual continua sendo trabalho alienado. Mesmo com as profundas mudanças ocorridas na sociedade e do avanço tecnológico que as sustentam, tais mudanças não promoveram o fim do trabalho alienado, mas aprofundaram ainda mais o controle e dominação sobre o trabalhador. Sobre a relação entre o trabalho e o advento da tecnologia, Crochík (2004, p. 27) atesta:

[...]o trabalho gira em falso. O trabalho alienado, do qual já se poderia prescindir, torna-se imprescindível; a tecnologia que deveria libertar, aprisiona, e como a contradição é cada vez mais visível, a descrença é inevitável, contudo, quanto menos há fé, mais ela se torna necessária, e o indivíduo subjuga-se ao que é contrário aos seus interesses mais racionais.

Assim, mesmo com todas as mudanças que tiveram como justificativa melhorar a vida do homem, permaneceu o aprisionamento, ou seja, as modificações tecnológicas e estruturais da sociedade não alteraram a natureza do trabalho na sociedade capitalista, assentado na alienação. Se esta atinge todos os trabalhadores, postula-se que estes têm diminuídas as suas capacidades de reflexão e, por conseguinte, não têm consciência e controle sobre suas ações. Conforme Horkheimer e Adorno (1985, p. 47), as condições de trabalho forçam os indivíduos “ao conformismo e não as influências conscientes”. Se as condições de trabalho conduzem os indivíduos à impossibilidade de reflexão, assim como ao conformismo, pode-se inferir que a tais condições também são submetidos os trabalhadores da educação.

E é justamente nesse contexto que o trabalho docente ganha um significado particular, pois o exercício da docência, na atualidade, é definido de forma ampla, abrangendo não apenas a sala de aula ou o processo de ensino formal, mas todas as outras atividades inerentes à educação. A particularidade do trabalho docente reside justamente no apontado por Barboza (2011): diferentemente da maioria das demais profissões, o exercício da docência não se esgota quando soa o sinal da escola, anunciando a última aula do dia, uma vez que, para uma prática docente comprometida e de qualidade, são necessárias várias horas de trabalho extraclasse com vistas a preparar aulas, corrigir atividades e provas dos alunos, realizar

estudos que embasem as aulas, atender pais e alunos, dentre outras atividades. Ressalta ainda Barboza (2011, p. 30) que “há que se reconhecer que é muito difícil considerar, para fins de estudo, as horas dedicadas ao trabalho extraclasse, visto que elas podem variar muito, mas não podemos ignorar que atividades básicas relativas à docência, como o preparo de aulas e a correção de atividades de alunos, são feitas nesse tempo pouco computado”. Conforme Oliveira (2004), durante muitos anos o trabalho do professor era compreendido como tarefa destinada ao ensino, mas atualmente reconhece-se que extrapola essa função, uma vez que passaram a serem exigidas dos professores outras tarefas que não somente as de sala de aula propriamente dita. Pondera a autora que:

O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito e compreensão e, conseqüentemente, as análises a seu respeito tendem a se complexificar. (OLIVEIRA, 2004, p. 1132)

Relacionando bons professores e suas práticas, Franchi (1995, p. 27) afirma ser “consensual que o bom professor, o que conduz as experiências pedagógicas mais bem-sucedidas, consome nessas atividades extraclasse tempo igual, senão maior, do que o tempo das horas de aula em que se ocupa”.

Diante das condições aqui destacadas, pode-se apontar que quando encerrado o horário em que permanece na escola, os professores permanecem ocupados. Dessa forma, é necessário examinar o que fazem com o tempo livre, pois a alienação é concretizada tanto no tempo de trabalho diário como nas limitações enfrentadas fora dele, mas decorrentes das condições objetivas imposta por ele. Conforme Crochík (2003, p.64), “o tempo que constitui a história social e dos indivíduos é negado aos trabalhadores, que assim não podem ser donos de seus destinos”. De qualquer modo, especial atenção deve ser dada ao tempo em que os professores poderiam ter como livre, mas utilizam para a preparação de aulas e correção de provas e outras tarefas derivadas da função docente, uma vez que, como enfatiza Marcuse (1969, p. 58), para uma grande maioria da população, “a extensão e o modo de satisfação são determinados pelo seu próprio trabalho;

mas é um trabalho para uma engrenagem que ela não controla e que funciona como um poder independente que os indivíduos têm que se submeter se querem viver”. Portanto, um aspecto fundamental para a compreensão do processo atual de alienação diz respeito à relação entre esta e o tempo livre, ou seja, é necessário examinar o quanto o trabalho se torna determinante em todos os momentos da vida dos indivíduos, seja no tempo destinado ao próprio trabalho ou fora dele. Crochík (2003, p. 5), ao discutir a relação entre liberdade e trabalho afirma que “é no tempo livre do trabalho que a possibilidade de liberdade ocorre, mas é o trabalho que a permite. A liberdade, assim, se encontra fora do mundo do trabalho”.

Para continuar esse delicado e controverso debate recorre-se a Freud (2010). O autor, ao discorrer sobre a atividade profissional, trabalho e felicidade, enfatiza que “o trabalho não é muito apropriado como via para a felicidade. As pessoas não se lançam a ele como a outras possibilidades de gratificação. A imensa maioria dos homens trabalha apenas forçados pela necessidade, e graves problemas sociais derivam dessa aversão humana ao trabalho”. (FREUD, 2010, p.36) Seguindo essa linha de raciocínio, Marcuse (1969 p. 60), ao discutir o conflito entre princípio do prazer e de realidade, aponta que o “conflito irreconciliável não é entre o princípio do trabalho (princípio da realidade) e Eros (princípio de prazer), mas entre o trabalho alienado (princípio de desempenho) e Eros”. Se o desempenho é o fundamento básico da alienação, o controle ao qual o indivíduo é submetido excede o âmbito somente do trabalho propriamente dito; vai além, chegando à própria vida privada do indivíduo, tal como enfatizado por Marcuse (1969, p. 60):

[...] o controle básico do tempo de ócio é realizado pela própria duração do tempo de trabalho, pela rotina fatigante e mecânica do trabalho alienado, o que requer que o lazer seja um relaxamento passivo e uma recuperação de energias para o trabalho.

Sendo o trabalho o que é, Crochík (2003, p. 72), após discutir suas formas na sociedade atual e sua relação com o tempo livre, defende a tese de que “o tempo livre deveria ser utilizado como crítica e contraposição ao trabalho, como momento de tomar consciência da prisão existente”, e não para fortalecer a alienação por meio de atividades voltadas à retomada do próprio trabalho.

A alienação dos trabalhadores no tempo destinado ao trabalho traz sérias implicações para a profissão docente, visto que há um consenso entre os dirigentes da educação e os estudiosos em torno da necessidade da formação contínua dos professores. Ora, é preciso perguntar: em que medida os modelos de formação continuada não intensificam a jornada de trabalho dos professores? Portanto, é urgente discutir os entraves para uma boa formação inicial e as possibilidades e impossibilidades de formação continuada, considerando as condições de trabalho a que os indivíduos são submetidos e que a jornada do professor não é pequena em nenhuma situação.

Embora a referência seja o conceito de alienação elaborado por Marx, parte-se da premissa de que não é possível a aproximação direta entre esse conceito, e seus desdobramentos, como a criação de valor, e o trabalho docente. Pelo contrário, deve-se examinar a realidade dos professores da escola pública e identificar as condições que conduzem a alienação. Autores como Antunes e Alves (2004), discutindo o trabalho no século XXI, afirmam que a venda da força de trabalho não se restringe aos trabalhadores manuais diretos, incorpora também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo, que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Quer dizer, o capital incorpora o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de e da valorização do capital e “abrange também os trabalhadores improdutivos, cujos trabalhos não criam diretamente, uma vez que são utilizados como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista”. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342)

O que parece evidente é que enquanto os indivíduos se mantiverem aprisionados em atividades nas quais não seja possível a autonomia e nem o desenvolvimento de faculdades e habilidades voltadas para a realização individual, permanecerá a necessidade da luta política contra a alienação.

Considerações Finais

O presente texto de caráter bibliográfico teve como objetivo discutir as condições de trabalho dos professores no Brasil a partir das discussões conceituais que permeiam o embate. Partiu-se

das definições dos conceitos de pauperização, precarização e proletarização. Nesse debate sobre os termos que melhor expressam a realidade dos professores brasileiros, verificou-se que há pesquisadores que reúnem os conceitos para definir as condições de trabalho dos professores. Destaca-se também o fato de que embora tais conceitos possuam suas particularidades, estes se assemelham na explicitação das condições de trabalho dos indivíduos que exercem a docência, ou seja, na mesma medida em que destoam entre si, são semelhantes na denúncia das condições a que são submetidos os professores.

Perante a discussão conceitual, defende-se o conceito de tal como proferido por Marx e Engels e suas reafirmações por alguns autores como Adorno e Marcuse, pois parte-se do pressuposto de que todo trabalho na sociedade hodierna é alienado, e os professores também estão submetidos a tal alienação.

Se os professores sofrem com essa situação, o trabalho pedagógico que desenvolvem fica comprometido. Como apontamentos destaca-se a necessidade no aprofundamento em investigações sobre a maneira em que os professores exercem sua atividade e, principalmente, pesquisas que apontem saídas para a superação da alienação.

Em caráter de finalização recorre-se a Adorno (1993, p.7), na qual no livro *Minima moralia*, afirma que “quem quiser saber a verdade acerca da vida imediata tem que investigar sua configuração alienada, investigar os poderes objetivos que determinam a existência individual no mais recôndito dela”.

Teachers' working conditions: conceptual reflections and implications for teaching

Abstract: This article discusses the teachers' working conditions in Brazil from conceptual discussions that permeate this theme. For this task, a literature search was carried out in order to placing the concepts of impoverishment, scarceness and proletarianization. In this debate on the terms that better reflect the reality of Brazilian teachers, it was found researchers who turn out to combine those concepts to define teacher' working conditions. Actually, those concepts resemble when it comes to explain the working conditions of persons engaged in teaching, though the concepts have their particularities; that is to say, to the same extent that the concepts diverge from each other, they are similar in denunciation of conditions that teachers are submitted. Regarding this conceptual discussion, this article defends the concept of alienation as is given by Marx and Engels, and their reassurances by some authors as Adorno and Marcuse, because it is considered the assumption that all work in today's society is alienated, and teachers are also subject to such alienation.

Keywords: Working conditions of teachers. Pauperization, precarization and proletarianization. Alienation.

Condiciones de trabajo de profesores: reflexiones conceptuales e implicaciones para la docencia

Resumen: Este artículo discute las condiciones de trabajo de los profesores en Brasil a partir de las discusiones conceptuales que permean la temática. Para tal tarea, se realizó una investigación bibliográfica situando los conceptos de pauperización, precarización y proletarización. En este debate sobre los términos que mejor expresan la realidad de los profesores brasileños, se verificó que hay investigadores que acaban realizando la unión de los conceptos para definir las condiciones de trabajo de los profesores. Aunque los conceptos poseen sus particularidades, éstos en realidad se asemejan en la explicitación de las condiciones de trabajo de los individuos que ejercen a la docencia; es decir, en la misma medida en que desatan entre sí, son similares en la denuncia de las condiciones a que son sometidos los profesores. En cuanto a la discusión conceptual, se defiende el concepto de alienación tal como proferido por Marx y Engels, y sus reafirmaciones por algunos autores como Adorno y Marcuse, pues se parte del supuesto de que todo trabajo en la sociedad actual se enajena, los profesores también están sometidos a tal alienación.

Palabras-clave: Condiciones de trabajo de profesores. Pauperización, precarización y proletarización. Alienación.

Referências

- ADORNO, Theodor. Acerca de La relación entre sociología y psicología. In: ADORNO, Theodor. *Teoría crítica del sujeto*. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 1986.
- ADORNO, Theodor. *Mínima moralia*. Lisboa: edições 70, 1983.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago., 2004.
- BARBOZA, Andreza. *Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente*. 2011. 208 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de São Paulo, Araraquara, 2011.
- BASSO, Itacy. Salgado. As condições subjetivas e objetivas do trabalho docente: um estudo a partir do ensino de História. 1994. 148 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Proletarização de professores. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana M. C.; VIEIRA, Lívia M. F. (org.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Educação. 2010. 1 CD-ROM. Não paginado.
- CAÇÃO, Maria Izaura. *Jornada de trabalho docente: delineamento histórico da organização do trabalho do magistério público paulista*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- COSTA, Aurea. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação no trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: COSTA, Áurea; NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto. (org.). *A proletarização do professor, neoliberalismo na educação*. São Paulo: Instituto José e Rosa Sundermann, 2009.
- CROCHÍK, José Leon. Notas sobre trabalho e sacrifício. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 61-73, 2003.
- CROCHÍK, José Leon. O desencanto sedutor: a ideologia da racionalidade tecnológica. *Inter-ação*, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 15-35, 2004.
- DONAIRE, Ricardo. *Los Docentes em el siglo XXI: empobrecidos o proletarizados?* Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *O manifesto do partido comunista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- FERNANDES, Hélio Clemente. *Trabalho docente: pauperização, precarização e proletarização*. 2010. 208 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

- FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. *Sindicalismo e Proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- FRANCHI, Egle. (org.). *A causa dos professores*. Campinas: Papirus, 1995
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HIPÓLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente: classe social e relações de gênero*. Campinas: Papirus, 1997.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LÜDKE, Hermengarda Alves Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1159-1181, 2004.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- NAJJAR, Jorge Nassim Vieira. Questões sobre a proletarização docente, na cidade do Rio de Janeiro, a partir da fala de antigos professores. 1992. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.
- NUNES, Andréa Caldas. A natureza do trabalho docente como mediação da relação orgânica entre sindicato e escola. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n.89, p. 1127-1144, 2004.
- ORSO, Paulino José; FERNANDES, Hélio Clemente. O trabalho docente: pauperização, precarização e proletarização. In: JORNADA DO HISTEDBR. O nacional e o local na história da educação, 9. 2010. Belém. *Anais [...]* Belém: [s. n.] 2010. p. 1-16. v. 1.
- PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 1986.

RESENDE, Anita Cristina Azevedo. Da relação indivíduo-sociedade. *Educativa*, Goiânia, v. 10, p. 29-46, 2007.

SAMPAIO, Maria Mercedes; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1097-1100, 2004.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SILVA, Tomas Tadeu da. O trabalho docente: um processo de trabalho capitalista? In: SILVA, Tomas Tadeu da. *O que produz e o que reproduz em educação: ensaios sobre a sociologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SINISCALCO, Maria Tereza. *Perfil estatístico da profissão docente*. São Paulo: Moderna, 2003.

TUMOLO, Paulo Sérgio; FONTANA, Klalter Bez. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, p. 159-180, 2008.

Submetido em: 06/09/2017

Aceito em: 04/06/2018